

Pacote sai mesmo hoje sem confiscar a poupança

Regina Santos

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, garantiu ontem que o plano econômico que anunciará hoje não irá confiscar poupança, não quebrará contratos e resultará em uma inflação de 3% ao mês no segundo semestre do próximo ano. Segundo ele, a queda do custo de vida será obtida através de um brutal ajuste fiscal. Duas medidas constituem a primeira fase do plano: o orçamento para 1994 e a proposta de emenda à Constituição instituindo o Fundo de Reserva Social. O fundo será formado com a retenção de 15% dos recursos dos fundos de participação dos estados e municípios, corte de 40% da verba de custeio e investimento da União e cobrança de uma sobretaxa de 5% nas alíquotas de todos os impostos e contribuições federais. Também serão retidos 15% dos recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT).

“O presidente Itamar Franco deu total respaldo às nossas propostas”, disse o ministro Fernando Henrique no encerramento do congresso da Associação Brasileira de Jornais do Interior (Abrajori). O plano foi apresentado por Fernando Henrique ao Presidente durante uma reunião que durou toda a manhã de ontem. Segundo ele, as medidas propostas irão garantir a governabilidade em 1994 (último ano do governo Itamar) e 1995 (primeiro ano do próximo governo). O ministro informou que está acertada a extinção de dois ministérios, prova-

velmente o da Integração Regional e o do Bem-Estar Social.

Dolarização — O novo indexador da economia a ser anunciado hoje não será corrigido pela variação de uma cesta de moedas nem por um conjunto de índices, mas sim por um mecanismo próprio a ser criado e administrado pelo Banco Central, revelou o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, após participar da cerimônia de encerramento do congresso. “Não haverá uma dolarização formal da economia”, explicou Cardoso, sem, entretanto, acrescentar mais detalhes.

Segundo Cardoso, o novo indexador será de uso voluntário e sua implantação será gradativa. O novo índice só entrará em vigor, reafirmou o ministro, após o Governo ter certeza de que conseguirá realizar o ajuste fiscal planejado para 1994. “Ao contrário do que muita gente pensa, acho que o ajuste pode ser aprovado rapidamente pelo Congresso”, previu. O ministro reafirmou que a inflação cairá para a casa dos 3% ao mês no segundo semestre do próximo ano.

O ministro informou que também divulgará hoje o texto da emenda constitucional com a qual o Governo proporá a criação de um adicional de 5% sobre todos os impostos e contribuições federais. A emenda também preverá, informou Cardoso, a criação de um fundo especial que financiará despesas na área de seguridade social. Este fundo terá a duração de dois anos e se-

rá constituído pelos recursos do adicional de 5% e pela retenção de 15% de todos as receitas da União, antes de calculados os repasses constitucionais feitos atualmente para estados e municípios.

Cardoso observou que a aprovação desta emenda será fundamental para o sucesso do ajuste fiscal e o começo da segunda fase de seu plano de estabilização: a implantação do novo índice, cujo nome ele não quis revelar. Assessores do ministro presentes ao Centro de Convenções revelaram que Cardoso e sua equipe acham mais urgente a aprovação da emenda do que a aprovação da nova proposta de orçamento para 1994.

Cardoso observou, durante a exposição de meia hora que fez na cerimônia de encerramento, que o plano de estabilização econômica será muito importante para a governabilidade do País. “Quem ganhar as eleições do próximo ano precisará ter condições de governar este País”, disse. Ainda durante a exposição, o ministro destacou que o seu plano de estabilização precisará ter apoio da sociedade como um todo e de alguns setores em especial, citando a imprensa e o Congresso. “Espero que além de separar o joio do trigo, o Congresso também tome consciência de que milhões de brasileiros também estão sendo roubados pela inflação”, afirmou, referindo-se a ação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento.



Cardoso garante que Itamar dá total respaldo às medidas que compõem o plano econômico da Fazenda